



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 29/2019, em que é recorrente **Eder Yanick Carvalho** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 27/2020

(Éder Yanick Carvalho v. STJ, sobre violação dos direitos à liberdade sobre o corpo, do direito à presunção da inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva além dos prazos legalmente estabelecidos)

I. Relatório

1. Como tem sido prática deste Tribunal, no que concerne ao relatório reitera-se o que já havia sido integrado à decisão que admitiu este recurso – *Acórdão n.º 46/2019, de 27 de dezembro*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 6, 14 de janeiro de 2020, pp. 159-163 – antes de se apontar a evolução processual na fase de mérito:

“Eder Yanick Carvalho, “mcp Yanick”, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o acórdão n.º 59/2019, de 8 de outubro, do Supremo Tribunal de Justiça, que indeferiu o seu pedido de Habeas Corpus vem, ao abrigo do artigo 20º, n.º 1, alíneas a) e b) e n.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde, interpor o recurso de amparo restrito à violação do direito à presunção de inocência, alegando, em síntese, o que se passa a transcrever: 1.1. “O presente recurso de amparo constitucional é restritamente sobre a presunção da inocência e liberdade, direitos fundamentais salvaguardado ao recorrente, que foi violado pelo Supremo Tribunal de Justiça no seu acórdão n.º 59/2019 (...). 1.2. O recorrente encontra-se detido e privado de liberdade, desde o dia 19 de Julho de 2017. 1.3. O mesmo foi acusado, julgado e condenado na pena de 19 anos de prisão, pela prática de um crime de Homicídio agravado, p.p. pelas disposições combinadas nos artigos 122º e 123º al. b) do CP e um crime de armas, p.p. pelo artigo 90º alínea d) da Lei n.º 31/VIII/2013, de 22 de Maio. 1.4. Não se conformando com referida condenação, dela interpôs

recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, isto no dia 23 de Julho de 2018, sem (...) juntar as respectivas motivações do recurso. 1.5. Uma vez que, apesar de ter requerido junto da secretaria do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, por várias vezes cópia de acta do julgamento, bem como a consulta do processo, para o cabal exercício do contraditório, mas sem efeito. 1.6. (...) volvidos mais de três meses da data de interposição de recurso, o recorrente é notificado da admissão e de subida do recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento. 1.7. Despacho esse que mereceu de imediato a reacção do recorrente (...) requereu novamente o deferimento dos pedidos de cópias da acta de julgamento, bem como a faculdade de consultar o processo, mas sem efeito. 1.8. Uma vez que, conforme o despacho proferido pelo Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, os autos já tinham subido para o Tribunal da Relação de Sotavento, no dia 26 de Novembro de 2018. 1.9. (...) sem ter acesso [à] cópia de acta do julgamento e ao processo, o recorrente não tinha como apresentar a motivação/alegações do seu recurso, (artigos 22º, 35º em conjugação com o artigo 1º do CPP). 1.10. Tudo isso culminou na recusa do seu recurso por falta de motivação, (conforme o acórdão nº 132/2018, proferido pelo Tribunal da Relação de Sotavento, datado de 20 de Dezembro de 2018). 1.11. Mais uma vez, o recorrente não se conformando com o referido acórdão, dentro do prazo legal apresentou a sua reclamação, isto, no dia 23 de Janeiro de 2019. 1.12. Contudo, desde aquela data, isto [é, de?] 23 de Janeiro a 03 de Outubro de 2019, data em que o recorrente impetrou a providência de habeas corpus, o mesmo e nem tão pouco o seu mandatário não tinham sido notificados de qualquer despacho que prorrogasse/levasse o prazo de prisão preventiva, e, muito menos do acórdão sobre a reclamação de não admissão de recurso. 1.13. Assim sendo, não tendo a decisão do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz transitado em julgado e tão pouco o [a]cordão proferido pelo tribunal recorrido, face a pendência de reclamação de não admissão de recurso, pelo decurso temporal, isto mais de 26 meses depois da data da detenção, a prisão tornou-se ilegal. 1.14. Ultrapassando com isso, todos os prazos previstos e admitidos por lei. 1.15. (...) no dia 11 de Setembro de 2019, o recorrente requereu junto do Tribunal da Relação de Sotavento a reparação dos direitos fundamentais, isto [é, do), direito de ser julgado no mais curto prazo possível e restituição de liberdade. 1.16. E face a ausência da decisão da reclamação e do pedido de reparação, o recorrente no dia 03 de Outubro de 2019, impetrou uma providência de habeas corpus. 1.17. E no dia seguinte, isto [é, a?] 04 de Outubro de 2019, é notificado do acórdão nº 98/2019, proferido pelo Tribunal da Relação de Sotavento, negando lhe a liberdade e o direito do exercício do contraditório. 1.18. Contudo, tendo o Tribunal da Relação de Sotavento decidido a reclamação do recorrente depois do mesmo ter impetrado habeas corpus, tudo isso

demonstra que efectivamente, o recorrente encontra-se [em] prisão preventiva e não cumprimento da pena. 1.19. Nos termos do disposto no “artigo 5º nº 1 do Decreto – lei nº 62 – A/2015, de 03 de Outubro, “Só as decisões penais condenatórias transitadas em julgado têm força executiva. O trânsito em julgado ocorre logo que não sejam susceptíveis de recurso ordinário ou de reclamação, nos termos dos artigos 688º, 669º e 677º todos do CPP, aplicáveis por força do artigo 26º do CPP, sendo certo que após a produção da decisão, o arguido tem o prazo de 10 (dez) dias para recorrer (art. 452º). (vide acórdão nº32/2019, do STJ). 1.20. E tendo o legislador estipulado o prazo e limite para a restrição do direito de liberdade, e estando o recorrente detido e privado de liberdade por mais de 26 meses sem conhecer a decisão final do seu processo, a prisão do mesmo tornou-se ilegal. 1.21. Por tudo isso, face a violação do direito constitucional, (**liberdade e presunção da inocência**) agravado ao facto do recorrente estar preso preventivamente **há mais de vinte e seis meses**, e a data da entrada do requerimento de pedido de habeas corpus, a reclamação não tinha sido decidido, e face a omissão da decisão do pedido de reparação e reclamação, é que **pedimos habeas corpus**, que foi indeferido com os seguintes fundamentos, (doc. nº 1 e 2): “Seja como for, constitui um dado irrefutável que o recurso foi rejeitado pelo Tribunal da Relação, com inequívoco fundamento legal - a falta de motivação – e o processo foi mandado baixar à instância. Ora, em sede da providência de habeas corpus, isso constitui um quadro factual fortemente persuasivo de que o arguido já não se encontra em prisão preventiva, donde não se poder afirmar que se está perante uma prisão ilegal por excesso de prazo previsto na lei. “Termos em que, acordam os juízes do Supremo Tribunal de Justiça em indeferir a petição habeas corpus, por falta de fundamento bastante”; Custas pelo requerente, com taxa de justiça que se fixa em 20.000\$00 (vinte mil escudos); 1.22. O recorrente foi notificado do acórdão nº59/2019, no dia 10 de Outubro de 2019, e (...) por entender que o referido acórdão padece de fundamentação e viola flagrantemente os direitos fundamentais salvaguardado ao recorrente, e na esperança que a mesma decisão será revogada e substituída por uma outra que vá de encontro com os preceitos constitucionais é que viemos recorrer [a] esta Corte clamando por uma melhor apreciação[”]. 1.23. Segundo o recorrente o Tribunal recorrido violou os seguintes direitos fundamentais: - [**“Liberdade, artigos 29º, 30º e 31º, todos do CRCV; - Presunção da inocência, artigo 35º da CRCV**]; 1.24. Não resta margem para qualquer dúvida de que o indeferimento do pedido de habeas corpus, com os fundamentos constantes no acórdão, que ora se impugna, viola o direito[à] liberdade do recorrente. 1.25. E põem em causa o princípio da presunção da inocência, artigo 1º do CPP e 35º nº 1 da CRCV, “**todo o arguido presume[-]se inocente até ao trânsito em julgado de sentença**

condenatória, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa”. 1.26. *Contrariamente [a]os fundamentos do tribunal recorrido, o recorrente pediu a reparação do direito á liberdade junto do Tribunal da Relação de Sotavento, porque este tem sido as orientações das jurisprudências fixado tanto pelo STJ, como também pelo TC.* 1.27. *O fundamento da providência de habeas corpus do recorrente é o facto do mesmo estar detido e privado de liberdade por mais de 26 meses, sem conhecer a decisão da sua reclamação junto do Tribunal da Relação de Sotavento.* 1.29. *E tendo o recorrente impugnado a decisão que lhe foi desfavorável o tribunal recorrido não pode concluir que o mesmo está em cumprimento da pena e não prisão preventiva, sob pena de violar o direito de presunção de inocência.* 1.30. *Uma vez que, a reclamação[a] apresentad[a] pelo recorrente que agora foi decidid[a] (dia 04 de Outubro de 2019) suspendeu o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Tribunal da Relação de Sotavento, pelo que não se pode falar em cumprimento de pena.”* 1.31. Termina o seu arrazoado formulando os seguintes pedidos: “- *Ser admitido, por ser legalmente admissível, nos termos do art.º 20.º, n.º 1 e 2, da Constituição da República de Cabo Verde; - Ser julgado procedente e, conseqüentemente, revogado o acórdão nº 59/2019, datado de 08/10/19, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais conseqüências;- Restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violado, (Liberdade e Presunção da Inocência); (...)*”.

2. Tendo o pedido sido admitido pelo Acórdão 46/2019, de dia 27 de dezembro, Rel: JCP Pinto Semedo, seguiu tramitação cujos principais momentos foram os seguintes:

2.1. Depois de despachado pelo Relator entretanto sorteado, JC Aristides R. Lima, a 10 de junho de 2020, o processo foi remetido à entidade recorrida para obtenção de resposta, caso ela assim o quisesse, tendo esta optado por nada dizer dentro do prazo que legalmente dispunha para se pronunciar.

2.2. Na ausência de resposta da entidade recorrida, conforme conclusão da secretaria de 18 de junho, os autos foram, no dia seguinte, despachados a fim de serem entregues ao Ministério Público para a vista final sobre o mérito da questão, tendo esta entidade por meio do parecer que juntou aos autos no dia 2 de julho oferecido importantes elementos de ponderação a esta Corte Constitucional.

2.2.1. Através da promoção suprarreferida, o órgão de fiscalização da legalidade em causa, que já havia opinado pela inadmissibilidade do pedido de amparo constitucional – porque do seu ponto de vista manifestamente não estava em causa qualquer violação de direito,

liberdade e garantia da titularidade do recorrente – aduziu também comentário a respeito de eventual decretação de medida provisória.

2.2.2. Relativamente ao mérito da pretensão do recorrente – a questão que interessa em particular nesta fase do processo – ponderou o seguinte: “[d]a análise dos autos e dos fundamentos do recurso de amparo apresentados não parece resultar nem a violação do direito à liberdade e nem beliscado o princípio da presunção de inocência, tal como consagrado na Constituição e previsto na lei processual penal. Com efeito, o recorrente foi sujeito a prisão preventiva com efeito a partir de 19 de julho de 2017, na sequência de seu primeiro interrogatório judicial. Com efeito, o recorrente foi sujeito a prisão preventiva com efeito a partir de 19 de julho de 2017, na sequência de seu primeiro interrogatório judicial por despacho de entidade competente mereceu qualquer impugnação ou censura; O recorrente foi julgado e condenado, por sentença de 13 de Julho de 2018, a pena de prisão, da qual recorreu, mas sem êxito, porque o recurso não foi admitido por falta de fundamentação/motivação. Assim, a decisão condenatória transitou em julgado. Sendo assim, a privação da liberdade mostra-se legal, porque determinada por entidade competente e nos termos previstos na Constituição e a na lei processual penal em vigor (cfr. Artigos 30 n° 2 e 3 alínea b) da Constituição e 307° n° 1 alíneas a) e b) do Código de Processo Penal (CPP). Ademais, não se vislumbra que os fundamentos da não admissão do recurso interposto possam configurar violação do princípio da presunção de inocência do arguido. Na verdade, a não fundamentação do recurso tal como exigível pela lei processual foi uma opção do recorrente, que sem apresentar o justo impedimento em momento oportuno, só poderia ter com efeito a rejeição do recurso interposto (ver artigo 451° n° 3 e 554° do CPP) e, em consequência, o trânsito em julgado da decisão recorrida. Por outro lado, sendo a presunção da inocência um princípio-garantia atinente ao regime de provas do processo penal, não é tangível que sem a possibilidade de fazer incursão pelo itinerário probatório percorrido no processo próprio, se possa com rigor ajuizar pela violação, no caso concreto, do princípio de presunção da inocência. Por outro lado, em nenhum trecho de seu requerimento, o recorrente indicou qual a regra processual relativa à prova que foi violada pelos órgãos do poder judicial, seja da primeira ou segunda instância, ou mesmo pelo acórdão do STJ, o que sugere que nenhuma censura deve merecer o processo da aquisição da prova no caso a que estes autos se referem. Assim, porque não se afigura subsistir violação da liberdade do recorrente e nem há quaisquer indícios da violação do princípio da presunção de inocência, nenhuma medida parece ser necessária “para restabelecer direitos, liberdades ou garantias”. Do exposto, somos de

parecer que o recurso de amparo constitucional requerido não merece provimento, porquanto nenhum direito, liberdade ou garantia fundamental do recorrente foi violado no [A]córdão nº 59/2019 da secção criminal do STJ proferido nos autos de providencia de Habeas Corpus nº 62/2019, e nem se mostram necessárias quaisquer medidas relativas ao exercício de direitos, liberdades ou garantias fundamentais com conexão aos fundamentos e termos do presente recurso de amparo”.

3. Em seguida, no dia 13 de julho, o Relator depositou projeto de acórdão na secretaria requerendo a marcação de sessão de julgamento; distribuído o mesmo e conclusos os autos ao JCP Pinto Semedo marcou-se sessão de julgamento por via remota para 16 de julho.

3.1. A mesma ocorreu na data marcada, tendo sido iniciada pelo JCP Pinto Semedo que teceu as considerações introdutórias habituais; prosseguiu com a apresentação do projeto de acórdão pelo relator até que teve de ser suspensa em razão de problemas de conectividade do JC Pina Delgado.

3.2. Foi retomada no ponto onde foi suspensa no dia seguinte,

3.2.1. Tendo, então, o JC Relator Aristides R. Lima concluído a apresentação do seu douto projeto de acórdão, onde, depois de aturada reflexão, entendeu que com a decisão da reclamação pelo Tribunal da Relação de Sotavento, independentemente de haver excesso de prisão preventiva, já não se poderia atribuir a conduta impugnada ao Supremo Tribunal de Justiça; logo, que não se poderia estimar o pedido de amparo nem quanto à violação da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais, nem quanto à vulneração da garantia da presunção da inocência.

3.2.2. De sua parte, o JC Pina Delgado disse que acompanhava a estrutura, sistemática e premissas normativas adotadas pelo Relator, mas que tinha dúvidas em relação às conclusões de que eventuais excessos de privação da liberdade tenham ficado resolvidas com a decisão da reclamação e que, destarte, não se poderia imputar a conduta ao Supremo Tribunal de Justiça, até porque, no seu entender, tal aresto poderia ser objeto de recurso ordinário e de recurso constitucional. Portanto, que se inclinava no sentido de se considerar que houve violação de direitos da titularidade do recorrente e de se declarar essa violação como amparo adequado.

3.2.3. Finalizando a primeira rodada de intervenções, o JCP Pinto Smedo também se orientou no sentido de que à data da receção do pedido de Habeas Corpus, além de os vinte e seis meses já terem transcorrido desde 26 de setembro, a decisão do TRS que decidiu a reclamação submetida ainda estava longe de transitar em julgado, pois o recorrente ainda teria, depois de ser notificado, dez dias para interpor recurso ordinário. Destarte, o órgão recorrido teria todas as condições para, a partir de uma leitura perfunctória dos autos, determinar que naquele momento o recorrente estava preso ilegalmente. Considerou, assim, que o pedido deveria ser parcialmente provido e propôs que o Tribunal estudasse a possibilidade de se conceder um amparo que pudesse realmente reparar o tempo que o recorrente esteve preso ilegalmente.

3.2.4. Depois de o JC Relator Aristides R. Lima ter apresentado as razões que o levaram a concluir pela improcedência do recurso de amparo, nomeadamente acentuando que a questão para ele mais do que o trânsito em julgado era de imputabilidade da conduta ao STJ, reiterou a sua posição, o mesmo fazendo o JC Pina Delgado e o JCP Pinto Smedo em sentido divergente, ajuntando-se ainda argumentos de que além de caber recursos ordinários, ainda cabia recurso constitucional de fiscalização concreta, e que a mesma decisão ainda lesaria a garantia à presunção da inocência.

3.2.5. Sendo assim, a decisão foi tomada por maioria, e, ficando o JCR Aristides R. Lima vencido, ficou incumbido o primeiro-adjunto, JC Pina Delgado, de, depois da habitual arbitragem, elaborar o acórdão configurado nos termos que seguem abaixo.

II. Fundamentação

1. Considerando esses dados do processo, a apreciação do pedido depende de: primeiro, o Tribunal fixar a conduta impugnada; segundo, de determinar os direitos, liberdades e garantias eventualmente violados pelo ato do órgão recorrido; terceiro, de se analisar se o direito em causa foi lesado; quarto, se tal vulneração pode ser atribuída ao órgão recorrido; caso seja, quinto, se o amparo adequado a remediar eventual violação é o suplicado pelo recorrente; e, sexto, condicionalmente, se caberá remeter o processo ao Procurador-Geral da República para suscitação de questão de constitucionalidade.

2. Como já ficou consagrado no relatório, o Senhor Éder Yanick Carvalho, impugnou o *Acórdão nº 59/2019, de 8 de outubro de 2019*, do Supremo Tribunal de Justiça que indeferiu

o seu pedido de habeas corpus, alegando violação do seu direito à liberdade sobre o corpo e à presunção da inocência, por considerar que estava em prisão preventiva há mais de vinte e seis meses sem que tivesse sido condenado com decisão transitada em julgado. A razão para tal convicção é que quando intentou o seu pedido ainda não havia ocorrido trânsito em julgado da sentença condenatória, pois aguardava que a reclamação colocada contra o acórdão que rejeitou o seu recurso fosse apreciada pelo Tribunal da Relação de Sotavento. Curiosamente, isso só veio acontecer no mesmo dia em que intentara o pedido de *habeas corpus* e nesta data, na sua opinião, já havia decorrido o prazo de vinte e seis meses sem que a condenação tivesse transitado em julgado.

Sendo assim, fica claro que a conduta que deve ser avaliada neste escrutínio de amparo corresponde ao ato alegadamente empreendido pelo órgão judicial recorrido de indeferir um pedido de concessão de *habeas corpus* numa situação em que o recorrente, segundo a sua própria apreciação, sendo preso preventivo, estaria privado da sua liberdade há mais de vinte e seis meses sem que houvesse qualquer prorrogação determinada pela especial complexidade do processo e sem que a decisão condenatória tivesse transitado em julgado.

3. O recorrente, como decorre do próprio acórdão de admissão, invoca a violação de vários direitos, nomeadamente à liberdade sobre o corpo e da garantia à presunção da inocência, os quais, por motivos naturais, sempre estariam em causa numa situação como a descrita. Porém, como tem acontecido em outras ocasiões não são os parâmetros mais diretos e mais estritos suscetíveis de terem sido violado, pois, na verdade, a situação identificada reconduz de forma mais evidente para possível lesão da garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais decorrente do número 4 do artigo 31 no segmento segundo o qual “*a prisão preventiva está sujeita aos prazos previstos pela lei*”.

3.1. Através do Acórdão nº 26/2019, de 9 de agosto, *Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, sobre violação do direito à liberdade, da garantia da presunção da inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1590-1595, este Tribunal já havia considerado que “2. *A essas condutas, o recorrente atribui expressamente a violação da sua liberdade sobre o corpo e à sua garantia à presunção da inocência, não sendo de se questionar que poderão em abstrato impactar com a última e através desta com a primeira. Porém, o parâmetro mais evidente e forte no caso concreto porque consagrado de modo mais taxativo a partir da sua formulação como uma regra é a garantia estabelecida pelo*

número 4 do artigo 31 da Lei Fundamental de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos previstos pela Lei, com a fórmula linear segundo a qual “a prisão preventiva está sujeita aos prazos legais estabelecidos na lei”. 2.1. Este Tribunal Constitucional já tinha construído o seu entendimento geral a respeito desta garantia em vários arestos, nomeadamente quando, 2.1.1. Asseverou que “a prisão preventiva é a medida de coação de ultima ratio. Por conseguinte, a sua duração não pode ultrapassar os limites legais e constitucionais, nem pode ser confundida com uma constitucionalmente ilegítima antecipação da pena. Além de, no geral, possuir um potencial lesivo do direito à liberdade sobre o corpo, de forma específica coloca-se sempre em posição de vulneração da garantia da presunção da inocência” (p. 2143) (Acórdão nº 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, publicado no BO, I Série, n. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 2132-2157). 2.1.2. Considerou que “Como medida de coação da última ratio encontra-se constitucionalmente protegida temporalmente pela norma do n.º 4 do artigo 31.º da Constituição, ao estabelecer que “a prisão preventiva está sujeita aos prazos estabelecidos na lei, não podendo, em caso algum, ser superior a trinta e seis meses, contados a partir da data da detenção ou captura, nos termos da lei.” Por conseguinte, a sua [...] duração não pode ultrapassar os limites constitucionais e legais, nem pode ser confundida com a antecipação da pena, sob pena de se violar o princípio da presunção de inocência” (p. 14) (Acórdão nº 25/2018, de 29 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no BO, I Série, n. 88, Suplemento, 28 de dezembro de 2018, pp. 11-21). 2.1.3. Assentou que “A norma do Código de Processo Penal que estipula os prazos máximos de prisão preventiva, em cada fase processual, tem a textura de regra, pelo que a sua interpretação e aplicação é relativamente simples, porque as regras contêm comando que ou se cumpre ou não se cumpre, diferente dos princípios que possuem estrutura de conteúdo mais flexível, passíveis de várias interpretações. Em princípio, uma regra que estipulasse um prazo máximo para a prática de um ato ou duração de uma medida qualquer não criaria este tipo de problema, pois findo o prazo já não seria possível praticar o ato ou a medida teria necessariamente que deixar de produzir os seus efeitos. Pelo que a prática do ato ou a duração da medida, como se revela o nosso caso, para além do prazo seria, em princípio, ilegal” (p. 186) (Acórdão nº 1/2019, de 10 de janeiro, Aldina Ferreira v. STJ, Rel: JC Pina Delgado, publicado no BO, I Série, nº 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 178-187). 2.2. Nesta conformidade, com a garantia em causa, acoplada a outra garantia, a de que em caso algum a prisão preventiva poderá ser superior a trinta e seis meses, o legislador tenta, estabelecendo um limite aparentemente máximo, também fixar balizas intercalares que acompanham fases processuais penais relevantes estabelecidas

pela própria lei e assim constitucionalizando expressamente esses limites na medida em que sejam mantidos pelo legislador ordinário. Fá-lo, então, através de uma norma constitucional com textura de regra, clara e taxativa que adota o critério adotado pela norma legal e que lhe dota, enquanto estiver em vigor de força constitucional, de tal sorte que a preterição dos limites estabelecidos pela lei processual penal para a manutenção da prisão preventiva em cada momento de tramitação, transforma-se, ipso facto, numa desconformidade constitucional e numa vulneração de uma posição jurídica fundamental.”

O Tribunal já tinha considerado no recente *Acórdão n.º 19/2020, de 8 de maio, Paulo Alexandre v. STJ*, sobre garantia a não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 86, 23 de julho de 2020, pp. 1836-1847, que se trata “*de direito fundamental amplamente considerado pelo Tribunal Constitucional, cuja violação se atesta necessariamente pela verificação de duas condições fundamentais. Primeira: que o recorrente, sendo arguido em processo criminal, se encontre em situação de prisão preventiva sem que tenha havido qualquer decisão que o condena a cumprimento de pena de prisão efetiva que tenha transitado em julgado, pois neste caso forma-se um caso julgado, mesmo que parcial, por força do princípio da segurança jurídica, e o recorrente deixa de ter o estatuto de preso preventivo e passa a ser considerado condenado, forma de afetação legítima da liberdade sobre o corpo prevista pelo artigo 30 da Lei Fundamental da República. Segunda: que, uma vez verificado o primeiro pressuposto, se certifique que o prazo legal ou constitucional para que o recorrente fique em prisão preventiva se tenha esgotado, o que importa, num recurso à lei – concretamente ao artigo 279 do CPP que determina os prazos de prisão preventiva consoante a fase processual em que o processo se encontra ou ao número 4 do artigo 31 da Constituição que estipula o prazo máximo de prisão preventiva – trinta e seis meses. Em qualquer caso em que se verifiquem essas duas situações, a liberdade sobre o corpo é violada, através da lesão dessa garantia fundamental; por conseguinte, em sede de providência de habeas corpus, o tribunal competente deve proceder à libertação imediata do arguido e, caso não o faça, este pode recorrer à Corte Constitucional que, na qualidade de guardião último dos direitos fundamentais do cidadão, deverá restituir o direito subtraído” (para. 4.2).*

E acrescentou por meio do *Acórdão n.º 20/2020, de 11 de junho, Joel Hermelindo e Rider Janó v. STJ*, sobre violação da garantia a não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 86, 23 de julho

de 2020, pp. 1847-1853, que “1.1. Neste tipo de caso, como o Tribunal já havia ressaltado em decisão anterior em que conduta parecida foi avaliada, o direito que serve de parâmetro-base para a condução do escrutínio que o Tribunal deve operar é a garantia de não ser mantido em prisão preventiva para além do prazo legalmente estabelecido, pelo que a lesão a outros direitos, nomeadamente aos invocados pelos recorrentes, somente poderá ser indireta. (...)”e que “1.2. Tais ajustes não causam problema algum, pois como o Tribunal já considerou em diversas ocasiões, ele não se encontra vinculado ao escrutínio apenas das bases jurídicas invocadas pelo recorrente, podendo perfeitamente utilizar outros direitos como parâmetros de avaliação. Até porque qualquer lesão a esta garantia consistiria automaticamente em ataque à liberdade sobre o corpo, ao processo justo e equitativo e até à presunção da inocência. Primeiro, porque é uma garantia da liberdade sobre o corpo. Segundo, na medida em que se se mantiver qualquer arguido preso para além do prazo processual legalmente estabelecido a conclusão incontornável é que também se está perante processo iníquo. E, por último, porque a presunção da inocência é um dos principais limites da prisão preventiva e quando se mantém o arguido preso ilegalmente, a sua presunção da inocência é afetada, independentemente das razões que justificam a conduta. Portanto, averiguando a violação da garantia referida, é escusado avaliar a profanação autónoma desses outros direitos, pois, por um lado, se os efeitos de ingerência sobre essas posições jurídicas decorreriam irremediavelmente da vulneração da garantia a não se ser mantido em prisão preventiva para além dos prazos legais, por outro, estariam dependentes também da sua lesão. Nesta conformidade, se esta violação não se atesta, a desses outros direitos também não, pois aquela conduta está intimamente ligada ao parâmetro-base indicado, pelo que só seria possível lesá-los através do seu atingimento”.

Recuperando-se o que se disse neste acórdão, reitera-se que “2.2. Do ponto de vista constitucional e legal a questão já foi várias vezes conhecida pelo Tribunal que infere a garantia do número 4 do artigo 31 da Constituição da República cuja formulação foi feita nestes termos: “A prisão preventiva está sujeita aos prazos estabelecidos na lei, não podendo, em caso algum, ser superior a trinta e seis meses, contados a partir da data da detenção ou captura, nos termos da lei”. Trata-se de garantia fundamental de todo e qualquer arguido que a prisão preventiva esteja sujeita a prazos legalmente estabelecidos, pelo que ultrapassados tais prazos a liberdade sobre o corpo é violada e a prisão torna-se ilegal e constitucionalmente insuportável. Esses prazos foram estabelecidos pela lei processual criminal ordinária no seu artigo 279”.

Por conseguinte, as posições jurídicas dela emergentes não são estanques, precisamente porque remetem ao legislador ordinário a definição desses prazos. Porém, estando dependentes do que estiver previsto em regime jurídico legal, a partir do momento em que este estiver consagrado, impõe-se ao destinatário da norma – nomeadamente ao poder judicial – a sua obediência não somente em razão da lei, mas, sobretudo, por agregar-se ao próprio regime constitucional de regulação da prisão preventiva. Neste caso concreto, na medida em que o Código de Processo Penal prescreve que “*a prisão preventiva extinguir-se-á quando, desde o início, tiverem decorrido: (...) vinte e seis meses, sem que tenha havido condenação com trânsito em julgado*”, qualquer preterição desse prazo transforma-se numa violação de norma jusfundamental. Devendo ser este o parâmetro básico de escrutínio a partir do qual também se poderá identificar inevitavelmente lesões à liberdade ambulatoria de que é garantia e também vulnerações da garantia à presunção da inocência.

4. De um ponto de vista meramente objetivo, a questão de se saber se esse direito foi vulnerado é respondida com uma análise incidente sobre a data da sua detenção, o prazo previsto pela lei para a subsistência da prisão preventiva na fase processual em que se encontrava, que é de vinte e seis meses, e de não ter havido qualquer elevação do prazo em razão de especial complexidade do processo.

4.1. Neste particular, é de ater aos inquestionados factos de que:

4.1.1. O recorrente se encontrava cerceado de sua liberdade sobre o corpo desde o dia 19 de julho de 2017;

4.1.2. Não interveio qualquer despacho de elevação dessa privação cautelar da liberdade;

4.1.3. Sendo assim, e aplicando-se o prazo de vinte e seis meses, este prazo expirou a 19 de setembro de 2019.

4.2. Por conseguinte, fica claro que a partir desta data o recorrente estaria em situação de prisão ilegal a menos que a sentença que o condenou já tinha transitado em julgado àquela data.

5. Por conseguinte, releva verificar se se tinha produzido o trânsito em julgado quando o órgão judicial recorrido decidiu o pedido de *habeas corpus*.

5.1. Os factos relevantes para se apreciar esta questão específica são os seguintes:

5.1.1. Tendo em conta que o recorrente se encontrava cerceado de sua liberdade sobre o corpo desde o dia 19 de julho de 2017, a 3 de outubro já se tinham passado vinte e seis meses e catorze dias, e no dia oito do mesmo mês, vinte e seis meses e dezanove dias.

5.1.2. Dado isto por adquirido, o determinante é analisar o estatuto processual do recorrente para se responder se a ele seria aplicável este prazo ou não.

5.1.3. Sendo ainda de se lembrar que:

A – O recorrente foi detido no dia 19 de julho de 2017, acusado, julgado e condenado na pena de 19 anos de prisão por um crime de homicídio agravado.

B – Desta sentença interpôs recurso ordinário para o Tribunal da Relação de Sotavento no dia 23 de julho de 2018, sem, no entanto, ter apresentado a respetiva motivação do recurso, recurso este, entretanto, admitido;

C – Em razão da falta de fundamentação de recurso, o tribunal da segunda instância, por via do Acórdão nº 132/2018, de 20 de dezembro, rejeitou o recurso interposto pelo recorrente, o que motivou uma reclamação dirigida a este órgão, no dia 23 de janeiro de 2019 e que só veio a ser decidida pelo Acórdão nº 98/2019, de 3 de outubro.

D – Dessa decisão interpôs recurso ordinário recebido a 14 de outubro de 2019, o qual veio a ser indeferido por despacho da ilustre Juíza Relatora do mesmo dia.

E – Contra o mesmo acórdão o recorrente impetrou recurso de amparo no dia 24 de outubro de 2019, o qual foi decidido no dia 30 de abril de 2020 pelo *Acórdão 15/2020, de 21 de maio, Éder Yanick Carvalho v. Tribunal da Relação de Sotavento*, sobre violação de garantias de se ser julgado no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa, ao recurso e ao processo justo e equitativo, Rel. JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 86, 23 de julho de 2020, pp. 1803-1813.

5.2. No caso concreto, parece que o raciocínio levado a cabo pelo Tribunal deverá se concentrar no momento em que se decide a providência de habeas corpus no sentido de se

precisar se neste momento, primeiro, ele se encontrava em prisão preventiva e, segundo, se o prazo para que se mantivesse nessa situação naquela altura já se tinha ultrapassado.

Com efeito, relativamente à primeira questão, parece a este Tribunal que sim. Nos termos da legislação aplicável e de qualquer interpretação constitucionalmente conforme, a reclamação interposta pelo recorrente contra o Acórdão 132/2018 impediu o trânsito em julgado desta decisão e, consequentemente, da sentença da primeira instância que o condenou a 19 anos de prisão.

5.2.1. Além de nada nesse sentido ter sido alegado, analisado todo o processado não se vislumbrou que, em algum momento, se tenha declarado o processo de especial complexidade e, na sequência, se tenha elevado os limites temporais da prisão preventiva previstos pelo número 1 do artigo 279 do Código de Processo Penal, pelo que o prazo de vinte e seis meses ainda se impunha.

5.2.2. Por conseguinte, de um ponto de vista objetivo quando, a 8 de outubro, o Supremo Tribunal de Justiça decide a providência de *habeas corpus*, já se tinham passado vinte e seis meses e dezanove dias de privação da liberdade sem que houvesse uma sentença condenatória transitada em julgado. Porém, a determinação dessas premissas não é suficiente, posto que tal lesão objetiva de direito poderá não ser imputável ao órgão recorrido.

6. Isso é particularmente relevante se se atentar à natureza desse meio constitucional de tutela da liberdade ambulatoria marcado pela celeridade e pelo seu carácter extraordinário. Disso decorrendo que se deve avaliar se, perante os elementos que tinha disponível nos autos, seria sua responsabilidade, conferir a devida tutela do direito em causa ou não, pois só assim se lhe pode atribuir a responsabilidade pela violação da posição jurídica identificada.

6.1. A questão decisiva aqui é saber a quem é imputável tal violação. Não poderá ser atribuída ao próprio recorrente em jeito de autoafecção de direito porque interveio diligentemente para salvaguardar as suas posições jurídicas não deixando que ocorresse o trânsito em julgado da decisão; naturalmente poderia estar a discutir-se se não seria passível de ser de responsabilidade do TRS, mas, naturalmente, isto não está em causa neste processo porque a entidade a que se imputa a violação é o Supremo Tribunal de Justiça. Por conseguinte, a questão decisiva terá a ver não em saber se a partir de 19 de setembro de 2019, com o transcurso de vinte e seis meses sem trânsito em julgado da decisão condenatória, o TRS violou

a garantia identificada de titularidade do recorrente, mas antes se o mais alto órgão da estrutura comum do sistema judicial cabo-verdiano, o Supremo Tribunal de Justiça, ao decidir, em sede de providência de *habeas corpus* no dia 8 de outubro que o recorrente não estava preso ilegalmente por haver fortes indícios de que a sentença criminal que lhe foi aplicada já havia transitado em julgado com a prolação da decisão à reclamação que interpôs por parte do TRS a 3 de outubro, violou a garantia do recorrente a não ser mantido em prisão preventiva para além dos prazos legais.

6.2. O facto é que se tratava de uma questão a envolver um prazo de subsistência de prisão preventiva que é levado ao conhecimento do Supremo Tribunal de Justiça e a *rationale* da sua concessão prende-se essencialmente com o argumento de que por o processo ter baixado à instância – sustentando textualmente que “*que o recurso foi rejeitado pelo Tribunal de Relação, com inequívoco fundamento legal a falta de motivação e o processo foi mandado baixar à instância. Em sede de providência de habeas corpus, isso constitui um quadro factual fortemente persuasivo de que o arguido já não se encontra em prisão preventiva, donde não se poder afirmar que se está perante uma prisão ilegal por excesso de prazo previsto na lei*”, recuperando trecho de decisão de outro pedido de *habeas corpus* redigido em termos segundo os quais “*(...) no caso em apreço, a pretensão assenta na invocada ilegalidade da prisão prevista no art.º 18º al. d) do CPP, alegadamente por excesso de prazo de prisão preventiva fixada por lei. Para tanto, afirma o recorrente, em resumo, que reclamou do acórdão da Relação que rejeitou o recurso interposto, reclamação que não foi decidida e logo, a decisão não transitou em julgado, tendo consequentemente sido ultrapassado o prazo de prisão preventiva. Ora, o habeas corpus é uma providência que tem como escopo decidir, em curto espaço de tempo, casos de manifesta ilegalidade da prisão. Nesta providência, dada a sua natureza expedita e urgente, o STJ não pode substituir-se às instâncias na apreciação dos factos nem para a decisão dos recursos pendentes, devendo limitar-se a apreciar se se verificam alguns dos fundamentos previstos no art.º 18º do CPP. No presente caso, o arguido, como ele próprio admite, interpôs recurso de decisão da primeira instância, desacompanhado da motivação, por conseguinte, em desconformidade com o que resulta do art.º 451º n.º 3 do CPP, que impõe a apresentação da motivação com o requerimento de interposição, situação que a lei fulmina com rejeição do recurso, tal como decorre do art.º 454º do CPP, e que veio a ser decretada pela relação. O arguido, no seu requerimento de interposição de recurso em momento algum explicou as razões pelas quais não apresentou a correspondente motivação, quando, perante a situação prevaiente, de não lhe terem sido facultadas as cópias da ata*

conforme requereu, poderia ter alegado o justo impedimento junto do Tribunal que proferiu a decisão recorrida, de modo a abrir a via para a discussão da questão em sede de recurso, coisa que não fez. Acresce que, tendo o processo permanecido em primeira instância após a admissão do recurso por cerca de quatro meses, não há notícia de que o arguido tinha insistido no pedido de cópias, só vindo a fazê-lo depois de notificado da remessa dos autos ao Tribunal de Relação. Seja como for, constitui dado irrefutável que o recurso foi rejeitado pelo Tribunal de Relação, com inequívoco fundamento legal a falta de motivação e o processo foi mandado baixar à Instância. Ora, em sede de providência de habeas corpus, isso constitui um quadro factual fortemente persuasivo de que o arguido já não se encontra em prisão preventiva, donde não se poder afirmar que se está perante uma prisão ilegal por excesso de prazo previsto na lei” – e pelo facto de a reclamação que o arguido havia dirigido ao TRS ter sido “indeferida por esse órgão judicial através do [A]cordão 98/2019, de 3 de outubro”, concluiu que “essas circunstâncias não integram os fundamentos do habeas corpus”, daí haver “falta de fundamento bastante” para a sua concessão.

6.2.1. Porém, perante um cenário em que alguém recorrendo à alínea d) do artigo 18 do Código de Processo Penal, segundo o qual “*Será admitido pedido de habeas corpus a favor de qualquer pessoa que se encontrar ilegalmente presa por qualquer de uma das seguintes razões: (...)Manter-se a prisão para além dos prazos fixados pela lei ou por decisão judicial*”, considera que está preso ilegalmente por transcurso de prazo, é muito difícil falar-se em falta de fundamento bastante, quando objetivamente poderia estar em causa excesso de prisão preventiva.

6.2.2. Assim, o facto é que essa fundamentação gera algumas dúvidas sobre se outra interpretação mais benigna seria possível, atendendo que não pode ser decisivo a mera baixa dos autos à instância decorrentes de ordem judicial, pois, assim sendo, o próprio Supremo Tribunal de Justiça deixaria de ser um dos órgãos mais importantes de tutela da liberdade ambulatoria e demitir-se-ia de exercer essa nobre função de base constitucional. Naturalmente, a sua função de controlo sobre atos de tribunais de recurso ou de instância ficaria fortemente abalada se a conduta passível de escrutínio – alegada prisão ilegal – pudesse ser purgada com um ato adicional de remissão dos autos a tribunal inferior.

6.2.3. Nem também poderá ser a mera remissão ao entendimento adotado anteriormente porque dada à natureza da matéria os fundamentos do pedido não eram iguais e em particular este ocorreu em fase processual diferente, a qual, por motivos naturais, exigiria um tratamento

autónomo compatível. Aquele pedido que integra os Autos de Providência de Habeas Corpus 29/2019, fora colocado a 20 de junho de 2019 com fundamento de que o recorrente estava privado da sua liberdade há mais de vinte meses sem que tenha havido decisão em segunda instância, segundo ele transitada em julgado. Por conseguinte, o que o Egrégio Supremo Tribunal recorrido haveria de analisar e que justificou a decisão que doutamente adotou seria simplesmente se houve ou não condenação em segunda instância, o que, independentemente da existência de reclamação, era evidente e um facto que lhe permitiu inferir o demérito do pedido. Foi o que fez, e bem, ao salientar que o *“recurso foi rejeitado, com inequívoco fundamento legal – a falta de motivação [–] e o processo foi mandado baixar à instância. Ora, em sede de providência de habeas corpus isso constitui um quadro factual fortemente persuasivo de que o arguido já não se encontra em prisão preventiva, donde não se pode afirmar que se está perante uma prisão ilegal por excesso de prazo previsto na lei”* (Acórdão STJ 26/2019, de 26 de junho, não publicado).

Porém, no caso ora em apreciação o contexto é diferente, desde logo porque o recorrente, não obstante indicar, por lapso ou equivocadamente, a mesma base de fundamentação, a alínea d) do artigo 279 do Código de Processo Penal, a questão é colocada em termo segundo os quais o *“arguido está[...] há mais de vinte e seis meses detido e privado de liberdade, sem conhecer a decisão final do seu processo junto do tribunal recorrido”* (para. 21); *“assim sendo, a questão que se põe é [a] seguinte: tendo o tribunal recorrido confirmado que existe uma reclamação pendente à espera de decisão, qual é a situação do arguido, preso preventivo ou de cumprimento de pena?”* (para. 24); *“Não resta[m] dúvidas de que estando efetivamente pendente uma reclamação [à] espera de uma decisão, que ainda pode também ser objeto de impugnação, a situação do arguido é de preso preventivo e não de cumprimento de pena”* (para. 26). Logo, aduz, *“tendo o legislador estipulado o prazo e limite para a restrição do direito de liberdade e estando o arguido detido e privado de liberdade por mais de vinte e seis meses sem conhecer a decisão final junto do tribunal recorrido, a prisão do mesmo tornou-se ilegal”* (para. 27), e arremata que *“neste momento não há nenhuma sentença judicial condenatória transitada em julgado que legitimasse que o arguido continue na situação em que se encontra, ou seja, em prisão preventiva”* (para. 32).

6.2.4. Por conseguinte, o que releva para esta caso seria a manutenção do arguido em prisão preventiva sem decisão transitada em julgado por mais de vinte e seis meses. Tendo o Tribunal já determinado que, no momento em que o órgão recorrido decidiu, estava privado da

sua liberdade há mais de vinte e seis meses e não se constatando qualquer decisão de sua prorrogação, os passos seguintes são os de verificar se a sentença condenatória já havia transitado em julgado e se isso pode ser imputado ao Supremo Tribunal de Justiça.

6.2.5. Quanto à primeira questão nenhuma dúvida subsistirá que enquanto existirem meios de reação processuais disponíveis de caráter especial ou ordinário não pode haver trânsito em julgado de decisões condenatórias. É o que decorre do Código de Processo Penal que no número 4 do artigo 279 eleva os prazos de prisão preventiva nos casos em que haja “*recurso para o Tribunal Constitucional*”, aplicável aos recursos especiais, e do entendimento desta Corte quanto aos efeitos dos recursos de amparo em matéria criminal com pessoas privadas da sua liberdade ambulatoria nos termos da jurisprudência referida no parágrafo seguinte, e do artigo 586 do Código de Processo Civil que governa, por remissão, os recursos processuais penais, estabelecendo que “*a decisão considera-se passada ou transitada em julgado, logo que não seja suscetível de recurso ordinário, ou de reclamação (...)*”.

Por conseguinte, o problema aqui é simplesmente o de verificar se houve interposição de recurso ordinário ou reclamação, de um lado, ou, alternativamente, qualquer recurso constitucional, do outro, ou se ainda se estava dentro do prazo para a sua impetração. A resposta a esta indagação é relativamente simples, haja em vista que mesmo que o órgão recorrido tenha considerado que, na altura em que decidiu o pedido de habeas corpus já havia uma decisão do TRS que indeferiu a reclamação do recorrente, disso não podia inferir que a sua situação era de prisão efetiva e não de prisão preventiva. Precisamente, porque nem com esta decisão poderá ter ocorrido trânsito em julgado da decisão, pois subsistiam outros recursos que o recorrente podia utilizar, nomeadamente os especiais, que, nos seus termos, suspendem o trânsito em julgado das decisões penais condenatórias, como o Tribunal já o considerou em várias decisões desde o *Acórdão nº 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ*, sobre violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia de presunção da inocência e do direito a não se ser discriminado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, e do desenvolvimento promovido pelo *Acórdão nº 27/2019, de 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ*, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia a não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 100, 24 de setembro, pp. 1596-1608, para. 3.5.4, mais recentemente reiterado pelo *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de*

Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 86, 23 de julho de 2020, pp. 1792-1803, para. 3, e pelo Acórdão nº 19/2020, de 8 de maio, *Paulo Alexandre v. STJ*, sobre sobre garantia a não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais Rel: JC Pina Delgado, 4.2.1 e ss, já citado.

Note-se que uma conclusão em sentido diferente seria até problemática se se considerar que efetivamente do *Acórdão 98/2019* do Tribunal da Relação de Sotavento, chegou-se a interpor recurso ordinário, ainda que o mesmo tenha sido rejeitado pela própria entidade recorrida a 14 de outubro. Portanto, até do ponto de vista dos mecanismos de impugnação comuns disponíveis, somente depois de transcorridos esses prazos seria possível concluir-se pelo trânsito em julgado da decisão condenatória. Mais ainda porque quaisquer dessas decisões podiam ainda ser impugnadas com fundamento em aplicação de norma inconstitucional ou de violação de direito, liberdade e garantia, postergando-se ainda mais o efeito de trânsito em julgado, ainda que, neste caso, intervindo a prorrogação do prazo de prisão preventiva supramencionada.

Em conclusão, é convicção deste Tribunal que o prazo que consta da alínea e) do número 1 do artigo 279, não diz respeito à decisão que condena o arguido, mas sim ao seu trânsito em julgado. Disso decorre que, enquanto ainda não houver trânsito em julgado da decisão condenatória, não importa quanta certeza se tenha acerca da condenação do recorrente, a sua situação ainda é de preso preventivo, e, uma vez esgotado o prazo para que se o possa manter nessa situação, há violação da liberdade sobre o corpo, por meio de violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva além dos prazos legal ou constitucionalmente estabelecidos. E, no caso, ele ainda se encontrava em prisão preventiva e o prazo para que se mantivesse nesta situação já se encontrava esgotado.

6.2.6. Apesar de o Tribunal concordar que se tratava de providência de *habeas corpus*, marcada por um carácter extraordinário e célere, considerando que a resposta a esse pedido pressupunha tão somente verificar-se se à data da decisão do pedido já tinham transcorrido vinte e seis meses de privação da liberdade e se, na ausência de qualquer prorrogação do prazo subsistência da prisão preventiva, a decisão já tinha transitado em julgado ou não, o órgão judicial recorrido tinha todos os elementos necessários para que, a partir de uma leitura perfunctória dos autos, pudesse concluir que naquele momento o recorrente estava a ser

mantido preso ilegalmente porque fora dos prazos legais. Destarte, esta conduta concreta é-lhe imputável.

6.3. Nesta medida, também por motivos naturais constatar-se-ia a violação subsequente da garantia da presunção da inocência, uma garantia já desenvolvida diversas vezes por esta Corte, nomeadamente através do *Acórdão nº 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93/p. 83 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 365-433, para. 23.3; do *Acórdão nº 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, para. 5.2.1-5.2.3; do *Acórdão nº 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285/p. 1281, para. 4.); do *Acórdão nº 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, para. 5; do *Acórdão nº 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ*, sobre violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia de presunção da inocência e do direito a não se ser discriminado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 88, 28 de dezembro de 2018, para. 3.1; do *Acórdão nº 25/2018, de 29 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 88, Suplemento, 28 de dezembro de 2018, pp. 11-21; do *Acórdão nº 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ*, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de *in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, para. 2.1.3; do *Acórdão 50/2019, Luís Firmino v. TRB*, de 27 de dezembro, Rel: JC Pina Delgado, *sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, para. 2.5.

Considerando que já se tinha assentado através do *Acórdão nº 25/2018, de 29 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, que “o princípio constitucional da presunção de inocência do arguido até ao trânsito em julgado da sentença condenatória é um direito e uma garantia fundamental do mesmo, não se compaginando com qualquer interpretação mais ou menos gradualista de tal presunção, de tal modo que essa presunção se

iria relativizando conforme a fase processual que se fosse atingindo, esbatendo-se até desaparecer com a decisão condenatória do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, mesmo que esta decisão tivesse ainda a possibilidade de reformulação em consequência de recurso para o Tribunal Constitucional. Acresce que, a não se entender assim, então a prisão preventiva enquanto medida cautelar com as finalidades e as condições de aplicação referidas vê desvirtuados tais elementos, na medida em que passa a ser "expição antecipada da pena" ou mesmo já cumprimento da pena, o que é inadmissível face ao regime constitucional da prisão preventiva, pois representa uma perversão da função processual e do caráter excecional e subsidiário da medida de coação em análise” (para. 11), o atingimento da garantia neste caso é evidente, na medida em que a decisão atribui a um arguido em prisão preventiva um estatuto de pessoa em situação de cumprimento de pena em momento anterior ao próprio trânsito em julgado da sentença condenatória.

7. Feita a determinação da violação desses direitos por meio da conduta impugnada, o próximo passo é decidir, tendo em conta a situação atual do recorrente, se o amparo adequado que lhe deverá ser outorgado deva ser a determinação da sua libertação imediata como pretende.

7.1. Não nos parece que assim deva ser. Primeiro porque a decisão do recorrente já se encontra definitivamente decidida com trânsito em julgado da sentença condenatória, quando o Tribunal Constitucional conheceu o pedido de amparo dirigido contra o Acórdão 98/2019 do TRS e considerou que não houve, na parte em que ele confirmara a decisão de primeira instância que o condenou à pena de 19 anos de prisão, qualquer violação do direito ao recurso, o parâmetro utilizado. No dizer do Acórdão 15/2020, de 21 de maio, *Éder Yanick Carvalho v. Tribunal da Relação de Sotavento*, sobre violação de garantias de se ser julgado no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa, ao recurso e ao processo justo e equitativo, Rel: JC Pina Delgado, tirado por este Tribunal, a “*fundamentação do órgão a quo é correta, pois se é verdade que o recorrente tinha até cinco dias após a cessação da situação de justo impedimento para requerer a prática do ato fora do prazo legal, não é menos representativo da realidade que ele teve a possibilidade de invocar a situação que lhe obstaculizava a apresentação da motivação do recurso antes do dies ad quem do prazo para a submissão da fundamentação do recurso. Na verdade, poderia tê-lo feito antes em requerimento dirigido à Primeira Instância, dando-lhe conta da situação de justo impedimento, até para que o mesmo lhe facultasse a ata e assim fizesse cessar esse estado, ou,*

posteriormente, na peça de interposição de recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, ao invés de apenas dizer que apresentaria a motivação, até transmitindo a ideia de não haver qualquer tipo de obstáculo neste particular. Assim, tendo claras possibilidades de invocar essa situação antes, quer perante o tribunal da Primeira Instância, quer perante o da Segunda Instância, não parece a este Tribunal que, de facto, a suscitação do justo impedimento perante o Tribunal da Primeira Instância após a subida do recurso e perante a Segunda Instância na reclamação contra o acórdão de rejeição do recurso, tenha sido de facto adequada; pelo contrário, foi extemporânea. Destarte, não se vê como é que assiste razão ao recorrente, pelo simples motivo de não se poder atribuir uma violação à garantia ao recurso ao órgão judicial recorrido, pois quando este decidiu não tinha a informação sobre possível justo impedimento de que veio a valer-se o recorrente em sede de reclamação e, neste momento, já sequer tinha poderes para analisar ex novo a questão. Por conseguinte, a impugnação da segunda conduta não procede e deve ser desestimada por este Tribunal” (4.5.).

7.2. Por conseguinte, neste momento, a situação atual do recorrente é de condenado em cumprimento de pena de prisão de 19 anos de prisão por prática de um crime de homicídio agravado. Assim, embora aquando da prática da conduta pelo STJ a privação da liberdade do recorrente fosse ilegal e, portanto, foi-lhe violada a sua liberdade sobre o corpo, neste momento em que o Tribunal Constitucional define qual o amparo mais adequado para remediar a lesão ocorrida, depara-se com o facto de ele se encontrar neste momento, em função do trânsito em julgado já mencionado, a cumprir pena em razão da sanção criminal que lhe foi aplicada por decisão judicial irrecorrível.

7.3. Em tais casos, o Tribunal já não pode determinar a sua libertação imediata por motivos evidentes. Neste contexto, nada mais pode fazer do que declarar a violação da sua liberdade durante o período estrito que mediou o transcurso de vinte e seis meses após a detenção e a data da interposição do recurso constitucional que, mais tarde, trouxe a este Tribunal. Esperando que o mecanismo automático de compensação da perda cautelar da liberdade a considere na determinação do tempo da pena e que os efeitos da presente decisão se projetem sobre eventuais iniciativas reguladas pela lei ordinária que o recorrente possa querer utilizar para obter reparação pela violação atestada, mantém-se aberto para, no quadro da sua jurisdição e dos mecanismos processuais passíveis de utilização, pronunciar-se sobre a sua adequação ao sistema de proteção de direitos.

8. Para finalizar, o Tribunal Constitucional, apesar da dimensão normativa que assumiu o ato impugnado, na medida em que aplicou uma norma hipotética segundo a qual não cai debaixo dos fundamentos de concessão de *habeas corpus* situação em que um arguido é mantido em prisão preventiva por mais de vinte e seis meses sem que uma decisão condenatória tenha transitado em julgado por ter sido interposta reclamação não decidida, também suscitar fortes dúvidas de constitucionalidade, o facto de se estimar o recurso de amparo e da aparente particularidade dessa decisão que reduz o interesse público em discutir a questão normativo-constitucional e depurar o ordenamento jurídico dessa aceção inconstitucional, justifica que, ao contrário de outras situações, não se remeta o processo ao Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República para efeitos do prescrito no número 3 do artigo 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*: Acórdão nº 10/2018, de 3 de maio, *Joaquim Wenceslau v. STJ*, sobre violação dos direitos de audiência e de defesa e da garantia de não ser despedido com base em motivos políticos ou ideológicos e de não ser prejudicado em virtude das suas opções político-partidárias, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 869-884, para. 3; Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, *Martiniano v. STJ*, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso, Rel: JC José Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, nº 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, para. 6; Acórdão nº 24/2018, de 13 de novembro, *Alexandre Borges v. STJ*, sobre violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia de presunção da inocência e do direito a não se ser discriminado, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 2132-215, para. 5.1; Acórdão nº 27/2018, de 20 de dezembro, *Judy Ike Hills v. STJ*, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de *in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, para. 10.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional reunidos em Plenário decidem que:

- a) O órgão judicial recorrido ao negar um pedido de *Habeas Corpus* em circunstância em que um arguido estava privado da sua liberdade há mais de vinte e seis meses sem haver uma decisão transitada em julgado com o argumento de que a baixa do processo à instância seria um argumento persuasivo do trânsito em julgado e que a

reclamação pendente já havia sido decidida, violou a garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legalmente estabelecidos e a garantia à presunção da inocência.

- b) Não se revelando legalmente possível a restituição da sua liberdade, haja em vista o trânsito em julgado posterior da sentença condenatória, a declaração de violação é o amparo adequado para remediar a situação.

Registe, notifique e publique.

Praia, 17 de julho de 2020

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

(Conforme voto de vencido em anexo)

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 27 de julho de 2020.

O Secretário

João Borges



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO DO JC ARISTIDES R. LIMA

1. Não pude acompanhar a mui douda e eloquente decisão patente no Acórdão ora assinado, porque entendi que, no caso concreto, não se pode atribuir diretamente ao Supremo Tribunal de Justiça a violação do direito à liberdade física e do direito à presunção da inocência do recorrente de amparo constitucional. Isso pelas razões que se seguem.
2. Como se viu, a 03 de outubro de 2019, o recorrente apresentou junto do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça uma providência de habeas corpus em virtude de prisão ilegal nos termos da alínea d) do artigo 18º do Código de Processo Penal em que defende que se encontrava em situação de prisão preventiva e pede, a final, a sua libertação.
3. Essa providência foi apreciada pelo STJ que, através do Acórdão nº 59/2019, de 8 de outubro, a indeferiu, argumentando o seguinte:

«No presente pedido o arguido alega que a decisão da primeira instância não transitou ainda em julgado, e por isso se encontra em prisão preventiva, tendo deste modo sido ultrapassado o prazo de 20 meses de prisão preventiva para uma condenação em segunda instância, previsto no artigo 279º, nº 1 , al. d) , do CPP.

Ora constata-se que se trata de um pedido idêntico e com os mesmos fundamentos formulado pelo arguido nos autos de Habeas Corpus nº 21/19, que foi indeferido pelo acórdão nº 26/19, de 2019, deste STJ.

Nesse aresto considerou-se que “(...) no caso em apreço, a pretensão assenta na invocada ilegalidade da prisão prevista no art.º 18º al. d) do CPP, alegadamente por excesso de prazo de prisão preventiva fixada por lei.

Para tanto, afirma o recorrente, em resumo, que reclamou do acórdão da Relação que rejeitou o recurso interposto, reclamação que não foi decidida e logo, a decisão não transitou em julgado, tendo consequentemente sido ultrapassado o prazo de prisão preventiva.

Ora, o habeas corpus é uma providência que tem como escopo decidir, em curto espaço de tempo, casos de manifesta ilegalidade da prisão.

Nesta providência, dada a sua natureza expedita e urgente, o STJ não pode substituir-se às instâncias na apreciação dos factos nem para a decisão dos recursos pendentes, devendo limitar-se a apreciar se se verificam alguns dos fundamentos previstos no art.º 18º do CPP.

No presente caso, o arguido, como ele próprio admite, interpôs recurso de decisão da primeira instância, desacompanhado da motivação, por conseguinte, em desconformidade com o que resulta do art.º 451º n.º 3 do CPP, que impõe a apresentação da motivação com o requerimento de interposição, situação que a lei fulmina com rejeição do recurso, tal como decorre do art.º 454º do CPP, e que veio a ser decretada pela relação.

O arguido, no seu requerimento de interposição de recurso em momento algum explicou as razões pelas quais não apresentou a correspondente motivação, quando, perante a situação prevalecente, de não lhe terem sido facultadas as cópias da ata conforme requereu, poderia ter alegado o justo impedimento junto do Tribunal que proferiu a decisão recorrida, de modo a abrir a via para a discussão da questão em sede de recurso, coisa que não fez.

Acresce que, tendo o processo permanecido em primeira instância após a admissão do recurso por cerca de quatro meses, não há notícia de que o arguido tinha insistido no pedido de cópias, só vindo a fazê-lo depois de notificado da remessa dos autos ao Tribunal de Relação.

Seja como for, constitui dado irrefutável que o recurso foi rejeitado pelo Tribunal de Relação, com inequívoco fundamento legal a falta de motivação e o processo foi mandado baixar à Instância.

Ora, em sede de providência de habeas corpus, isso constitui um quadro factual fortemente persuasivo de que o arguido já não se encontra em prisão preventiva, donde não se poder afirmar que se está perante uma prisão ilegal por excesso de prazo previsto na lei” (sic.)

«Ora, sendo os fundamentos os mesmos, não se vê qualquer razão para se decidir em sentido contrário.

A novidade neste novo pedido de Habeas Corpus reside no facto de ter havido um recurso de amparo junto ao Tribunal Constitucional, em reação ao acórdão do STJ acabado de transcrever, que decidiu que “em nenhum momento se invocou nem se requereu a reparação de qualquer direito, liberdade e garantia cuja violação [resultasse] diretamente do acórdão 26/19 e sobre o qual o Supremo Tribunal de Justiça pudesse debruçar-se e eventualmente conceder alguma reparação”.

Em consequência desse acórdão do TC, o arguido veio introduzir, junto do TRS, um pedido de decisão sobre a reclamação do acórdão que rejeitou o recurso interposto da sentença condenatória da primeira instância e a sua imediata soltura, tendo a reclamação sido indeferida através do acórdão n.º 98/2019, de 3 de outubro.»

4. No Acórdão do STJ impugnado pelo recorrente, aquele órgão foi chamado no âmbito, não de um recurso de revista, mas sim , como de resto se assinalou, no âmbito de uma providência caracterizada pela sua celeridade e universalidade e que se circunscreve à apreciação das questões previstas no artigo 18º do Código de Processo Penal que dispõe o seguinte : *«Será admitido pedido de habeas corpus a favor de qualquer pessoa que se encontrar ilegalmente presa por qualquer de uma das seguintes razões :*

a) Manter-se a prisão fora dos locais para esse efeito autorizados por lei;

b) Ter sido a prisão efetuada ou ordenada por entidade para tal incompetente;

c) Ser a prisão motivada por facto pelo qual a lei a não permite;

d) Manter-se a prisão para além dos prazos fixados pela lei ou por decisão judicial.»

5. No caso concreto, o recorrente invocou como razão para pedir o *habeas corpus* o facto, previsto na alínea d) do mesmo artigo do CPP, de se manter a prisão para além dos prazos fixados pela lei.
6. Face ao quadro descrito, nota-se que no período compreendido entre 19 de setembro e 2 de outubro o recorrente já tinha ultrapassado os 26 meses sem que tivesse havido condenação com trânsito em julgado, uma vez que ainda estava por decidir a reclamação. Nesta circunstância pode-se dizer que o estatuto do recorrente era o de preso em prisão preventiva, embora tivesse havido uma decisão condenatória, que, todavia, não transitou em julgado.
7. Não nos parece, todavia, que tal situação possa ser imputada ao Supremo Tribunal de Justiça que só foi confrontado por esta questão por via de uma providência petitória da liberdade física formulada perante aquela Corte de Justiça no dia 03 de outubro de 2019.
8. A meu ver, a decisão do Supremo Tribunal de Justiça em si não violou a garantia de não ser mantido em prisão para além dos prazos constitucionais ou legais, dado que a 03 de outubro foi decidida a questão pendente de resolução, isto é a reclamação que viria a ser declarada improcedente pelo Tribunal de Relação, não constando que dela o Sr. Éder Yanick Carvalho tivesse recorrido. Sendo assim, pode-se dizer que a decisão penal condenatória, isto é de responsabilização penal do arguido pelos factos praticados, transitou em julgado, independentemente de se poder suscitar um recurso de amparo, como de resto se fez, dispensando-me de fazer qualquer comentário sobre a «*vexata quaestio*» do efeito da interposição do recurso de amparo na inibição do trânsito em julgado.
9. Por isso, não se pode afirmar, a meu ver, com propriedade que o STJ violou o direito à liberdade do recorrente. Todavia, há que ter em conta o facto de ter sido ultrapassado o prazo máximo de 26 meses previsto na alínea e) do artigo 279º em virtude da dilação do processo, havendo no ordenamento jurídico-penal um meio para eventualmente se pedir a tutela do direito violado, neste caso, por entidade diversa do STJ. Este meio está previsto no artigo 23º do CPP que estatui que «quem for detido e nessa situação se mantiver para além dos prazos constitucionais ou legais estabelecidos...poderá requerer perante o tribunal competente, indemnização pelos danos sofridos com a privação da liberdade».

10. Finalmente, no que tange à resposta à questão sobre se a conduta acima referenciada do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça violou o seu direito à presunção da inocência do recorrente de amparo, consideramos o seguinte:

10.1. O recorrente sustenta que o indeferimento do pedido de habeas corpus, com os fundamentos constantes do acórdão (do STJ), põe em causa o princípio da presunção da inocência. Para fundamentar a sua pretensão argumenta o seguinte: «...tendo o recorrente impugnado a decisão que lhe foi desfavorável, o tribunal recorrido não pode concluir que o mesmo está em cumprimento da pena e não prisão preventiva, sob pena de violar o direito de presunção da inocência».

10.2. Como se sabe, o princípio da presunção da inocência é um princípio basilar do Direito Constitucional cabo-verdiano e ao mesmo tempo um direito humano, que vem proclamado em vários instrumentos jurídico-internacionais, designadamente na Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigo 11º) e na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (alínea c) do nº 1 do artigo 7º). Segundo alguns autores, inicialmente o princípio refletia sobretudo *«o valor de reação contra os abusos do passado e o significado jurídico negativo de não presunção de culpa»*, mas mais modernamente representa sobretudo *«um ato de fé no valor ético da pessoa, próprio de toda a sociedade livre e democrática»*. O princípio da presunção da inocência está, assim, longe de ser uma mera proclamação constitucional, para configurar um verdadeiro direito do arguido que se funda na ideia de que *«o processo deve assegurar todas as necessárias garantias práticas de defesa do inocente e não há razão para não considerar inocente quem não foi ainda solene e publicamente julgado culpado por sentença transitada em julgado»*¹. Não pode, pois causar surpresa que o referido princípio da presunção da inocência se projete no processo penal e na organização e funcionamento dos tribunais e inclua uma dimensão que é a

¹ Neste sentido, cfr. Germano Marques da Silva e Henrique Salinas, Anotação ao artigo 32º da CRP, in JM/RM, CRP Anotada, vol. I, 2ª edição, Lisboa 2017, p. 524.

do *in dubio pro reo*, no sentido de que uma dúvida quanto à culpabilidade do arguido deve ser sempre valorada a favor do mesmo.

- 10.3. Não há muito tempo, no âmbito do Acórdão nº 19/2020 (Paulo Alexandre v. STJ, sobre a garantia a não ser mantido em prisão fora dos prazos legais), este Tribunal considerou o referido princípio como a pedra angular do processo criminal. Assim o reconheceu primeiramente o Acórdão n.º 6/2018, de 22 de março, *Adilson Danielson v. STJ*, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e a presunção da inocência, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I série, n.º 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505: “5.1. o princípio da presunção da inocência é um dos mais importantes do Estado de Direito e, seguramente, a pedra de toque do próprio sistema jurídico-processual penal pátrio, o que é sufragado pelos principais especialistas cabo-verdianos na matéria, como Jorge Carlos Fonseca, que, a seu respeito, assevera: “A presunção de inocência do arguido encabeça, assim, uma sequência de outros artigos que, de uma forma ou de outra, traduzem os seus corolários ou exigências, vista ela como o mais emblemático e fundamental dos princípios por que deve reger-se um processo penal de um Estado de Direito. Como o centro da constituição do processo penal cabo-verdiano” (“O Novo Direito Processual Penal de Cabo Verde. Dados de um percurso. Estrutura e princípios fundamentais” in: Augusto Silva Dias & Jorge Carlos Fonseca (coord.), *Direito Processual penal de Cabo Verde. Sumário do Curso de Pós-Graduação sobre o Novo Processo Penal de Cabo Verde*, Lisboa/Praia, ICJ-FDUL/ISCJS, 2009, pp. 121-122)”.

Assim, a Constituição da República prevê no nº1 do artigo 35º que: “1. Todo o arguido presume-se inocente até ao trânsito em julgado de sentença condenatória, devendo ser julgado no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa”.

Como dizia então o Tribunal Constitucional, deste preceito jusfundamental constitucional resultam alguns efeitos notórios, designadamente o seguinte: «enquanto não houver trânsito em julgado da sentença condenatória, o estatuto da pessoa que está a ser julgada pela prática de facto previsto na lei como crime

é o de arguido e nunca o de condenado. Portanto, qualquer indivíduo só pode ser considerado condenado a cumprir pena de prisão imposta pelo Estado se já se tiver verificado um caso julgado. Caso contrário, essa privação será meramente provisória enquanto sujeição a um estatuto excecional de prisão preventiva».

- 10.4. No caso em apreço da mesma forma que não se pode dizer que o STJ violou a garantia do recorrente de não ser mantido em prisão para além dos prazos previstos na constituição e na lei, não se pode também inferir que tenha havido uma violação pelo STJ do direito à presunção da inocência, quando esse órgão supremo da Justiça comum afirmou que o facto de o Tribunal de Relação ter rejeitado o recurso do recorrente com inequívoco fundamento legal - a falta de motivação- indiciava «um quadro factual fortemente persuasivo de que o arguido não se encontra em prisão preventiva». Nessa ocasião, recorda-se, o Tribunal de Relação tinha já decidido a reclamação do recorrente através do acórdão nº 98/2019, de 3 de outubro.

Por tudo isso, concluí que o Supremo Tribunal de Justiça não violou a garantia do arguido de não ser mantido em prisão preventiva para além dos prazos legalmente estabelecidos, decorrente do nº 4 do artigo 31º da Constituição da República e, por conseguinte, também não violou o direito à liberdade física ou sobre o corpo, nem o direito à presunção da inocência do arguido.

Assim, entendia que o Tribunal Constitucional deveria decidir que o Supremo Tribunal de Justiça ao indeferir a petição de habeas corpus por falta de fundamento bastante não violou a garantia do arguido de não ser mantido em prisão preventiva para além dos prazos legalmente estabelecidos, prevista no nº 4 do artigo 31º, nem tampouco o direito à liberdade sobre o corpo, nem o direito à presunção da inocência do arguido, previstos respetivamente no nº 1 do artigo 30º e no nº 1 do artigo 35º, todos da Constituição da República.

Mais, entendi que nada impedia ao condenado de, querendo, pedir contra o Estado, através do meio jurídico adequado, a indemnização pelo excesso de tempo passado em prisão preventiva, mas que não pode ser imputável ao

Supremo Tribunal de Justiça. Isto, sem prejuízo de outras possibilidades de reação que pudessem ser equacionadas pelo interessado.

O Juiz Conselheiro

Aristides R. Lima

ESTÁ CONFORME

Secretaria do Tribunal Constitucional, aos 27 de julho de 2020.

O Secretário Judicial

João Borges